

uma determinada região ou a um conceito étnico relacionado ao produto.

O meio rural oferece oportunidades de realizar serviços, principalmente para servir à atividade do turismo. Cabe provocar mudanças aceitando que o rural não é só o local de produção, mas onde podem ser realizados serviços diversos. Podem ser criados empreendimentos que demandem mão-de-obra de diversas qualificações, viabilizando a permanência das pessoas no meio rural. O campo pode assegurar à família oportunidades de industrializar a produção, permitindo realizar agregação de valor aos produtos. Este sistema viabiliza a permanência da moça e do moço na atividade rural, motivados por empreenderem, por terem onde crescer em renda e conhecimento.

A renda oriunda somente do setor agrícola, na propriedade rural, eleva os riscos, pela grande variação que os produtos agrícolas sofrem. Deve-se criar indústrias a fim de diminuir os riscos procedentes. O processo de desenvolvimento de indústrias pode ser feito por pequenos, mas eficientes empreendimentos. Desta maneira haverá estímulo à melhor distribuição de renda e diminuição dos riscos inerentes à atividade. Na criação de uma indústria, toda fase do processo de agregação de valor deve ter ganho (valor adicional), caso contrário, não tem por que fazê-la. Não há possibilidade de sobrevivência para empreendimentos administrados com amorismo. Não se pode confundir administração de empresas – critério gerencial – com desenvolvimento – critério social e gerencial. O êxito dos agricultores está na educação, na capacitação do uso de ferramentas para tomadas de decisão, visando abrir caminhos mais rápidos para o mercado consumidor.

As oportunidades são aproveitadas quando se faz uso de metodologias que atendam às

necessidades percebidas e sentidas pelas pessoas que demandam. O desenvolvimento destas oportunidades deve obedecer a um processo dirigido que construa ações entre os três setores econômicos: primário, secundário e terciário. Deve ter como objetivo principal motivar e impulsionar uma massa populacional a melhores condições de vida, tanto no aspecto econômico como físico e social. As políticas de desenvolvimento devem ser honestas e contínuas e possibilitar incentivos para trabalhar e produzir. Devem oferecer conhecimento (know-how), deve existir pesquisa (investigação) para buscar

a economicidade do conjunto da unidade familiar, e esse conhecimento deve ser transmitido (extensão rural). Os alcances no desenvolvimento são conseguidos quando se têm grupos de agentes de várias formações, competentes e motivados. Há necessidade de decodificar o que a população necessita e o que o agente pode oferecer. Caso contrário, haverá dificuldades em entender o que ambos esperam.

Irineu Berezanski, adm. emp., Epagri/Fetaesc, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone/fax: (048) 246-8011, e-mail: bere@epagri.rct-sc.br.

Consórcios intermunicipais – uma inovação do Pronaf/Infra-estrutura em 2002

Carlos Luiz Gandin, Carlos Nery R. Cavalheiro e
Djalma Rogério Guimarães

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – é um programa de parceria entre os poderes públicos municipais, o governo estadual, o federal e a iniciativa privada; é executado de forma descentralizada e nele os agricultores familiares e suas organizações representativas são ao mesmo tempo beneficiários e parceiros, participando na programação, execução, no aporte de recursos, monitoramento e na avaliação das ações.

Como um programa articulado e planejado entre o governo e a sociedade, os beneficiários – agricultores familiares – são sujeito e não objeto das ações. Eles são autores das suas próprias propostas de trabalho e, como participam ativamente do processo, diretamente ou indiretamente através de seus representantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR –, com

orientação, capacitação, acompanhamento e monitoramento, ganham auto-estima e saem da condição de passividade para acreditar nas mudanças e melhorias no meio em que vivem e lutar por elas.

As linhas de ação do Pronaf reforçam os valores éticos do desenvolvimento rural sustentável, através de projetos que destacam a transparência nas relações entre os beneficiários do programa. Não menos importante é o zelo pelo meio ambiente. Com cuidados como esse, tais linhas de ação ampliam a credibilidade do programa. Atuando junto aos agricultores familiares e suas entidades representativas, aos técnicos, às lideranças e aos demais agentes do desenvolvimento, estas linhas de ação já estão apresentando seus benefícios para a sociedade.

A linha de ação infra-estrutura e serviços municipais abrange o

apoio financeiro e técnico, sem reembolso, aos municípios rurais pobres, com grande concentração de agricultores familiares, para implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços necessários, visando dinamizar o setor produtivo e assegurar a sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS –, por meio da Resolução CNDRS nº 27, de 28/11/2001, definiu que 5% a 15% dos recursos da Ação de Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais do Pronaf seriam destinados aos consórcios intermunicipais, compostos por representantes dos poderes executivos municipais de uma microrregião, que tenham objetivos comuns. Assim, a Secretaria Executiva do Pronaf/SC está empenhando esforços para desenvolver, com sucesso, as aplicações dos recursos da linha de infra-estrutura e serviços municipais, amparados pelo Pronaf, em apoio a projetos de desenvolvimento rural apresentados pelos consórcios intermunicipais.

Os projetos apresentados foram selecionados mediante critérios previamente estabelecidos, com prioridade para aqueles que apresentaram características de melhor performance no apoio ao desenvolvimento rural. Afinal, o objetivo é estimular uma maior articulação entre os municípios visando as atividades que estejam em consonância com um plano de desenvolvimento regional ou que sejam ações complementares de um projeto regional. Outro requisito fundamental dos projetos é a assistência técnica, gerencial e organizacional voltada à

agricultura familiar, visando o desenvolvimento do agronegócio, através da geração de renda e trabalho, com atividades agrícolas e não-agrícolas.

No exercício de 2002, foram apoiadas duas iniciativas multi-compartilhadas no Estado, que são:

- Agroecologia (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Vale do Itajaí). Os municípios beneficiados são Ituporanga, Agrolândia, Aurora e Vidal Ramos. Os objetivos deste consórcio são:

- desenvolver e adaptar sistemas de produção agroecológicos, para a agricultura familiar do Alto Vale do Itajaí, visando a produção de alimentos orgânicos, redução de custos e agregação de valor;

- capacitar os agricultores em práticas agroecológicas objetivando suprir a deficiência técnica existente na área de Agroecologia;

- estimular a organização dos agricultores envolvidos na produção ecológica;

- motivar e alavancar o quadro social das associações consorciadas;

- agregar valor à produção gerada pelos agricultores, bem como o aproveitamento de produtos impróprios para consumo *in natura*.

- Vime (Consórcio Intermunicipal da Região Serrana para a Instalação de Unidades de Processamento Artesanal de Vime). Os municípios beneficiados são Bom Retiro, Bocaina do Sul, Urubici e Urupema. O objetivo deste consórcio é de congregar agricultores familiares, poder público municipal, lideranças, entidades de capacitação, centros tecnológicos e afins, em torno da construção e implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável, e lançar as bases para a futura criação de um pólo regional de transformação artesanal do vime, contribuindo para a melhoria da situação econômica da

Associação de Município da Região Serrana – Amures.

Como se vê, a aplicação de recursos federais mobiliza a contrapartida do Estado, dos municípios, da iniciativa privada e dos beneficiários, gerando efeito multiplicador que dinamiza o desenvolvimento rural mediante o aumento da produção agropecuária, a geração e manutenção de ocupações produtivas e a ampliação da renda.

O novo enfoque do desenvolvimento rural sustentável se apóia na compreensão de que é necessário levar em consideração simultaneamente os aspectos físicos, ambientais, econômicos, sociais e organizacionais e de que ocorra uma completa integração entre a agricultura familiar e os demais setores da economia. Estes elementos atuam como força motriz multiplicadora dos esforços e dos recursos existentes, possibilitando o desenvolvimento e a segurança social e econômica para os cidadãos nas comunidades em que vivem.

Afinal, a integração poderá efetivar a implementação de projetos com foco na inserção competitiva dos agricultores familiares no mercado, pois os cenários apontam para o estabelecimento de ações voltadas à integração e à formação de novas parcerias com o Pronaf, além da consolidação das já existentes no fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável.

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5500, fax: (048) 239-5597, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br;
Carlos Nery R. Cavalheiro, eng. agr., M.Sc., Epagri/Pronaf, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3904, fax: (048) 334-2311, e-mail: nery@epagri.rct-sc.br e **Djalma Rogério Guimarães**, eng. agr., M.Sc., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5500, fax: (048) 239-5597.

Milho – 2003: perspectivas de boa produção e preços favoráveis

Simão Brugnago Neto

A produção mundial de milho da safra 2002/03 está avaliada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – Usda – em 592,69 milhões de toneladas. Esta quantidade, além de 1% inferior à da safra anterior (598,72 milhões), é a segunda menor das últimas cinco safras. O patamar desta última safra, a exemplo das duas anteriores, continuou abaixo do potencial de consumo, fato que tem provocado gradativa redução

nos estoques mundiais. Estes, que na temporada 1999/00 situaram-se em 171,0 milhões de toneladas, deverão chegar ao fim da temporada 2002/03 em aproximadamente 105,7 milhões de toneladas (Figura 1).

Dentro do contexto global, vale ressaltar o comportamento dos estoques norte-americanos, que caíram, no período, de 45,4 milhões para 25,6 milhões de toneladas, e chineses, que declinaram de 102,1 milhões para apenas 58,7 milhões de toneladas. No caso da China, o resultado decorre, além do incremento do consumo interno, do aumento gradativo das exportações, que evoluíram de 3,34 milhões de toneladas na temporada 1998/99 para 13,0 milhões na temporada 2002/03.

A queda gradativa dos estoques repercutiu positivamente no mercado internacional. Em Chicago, os

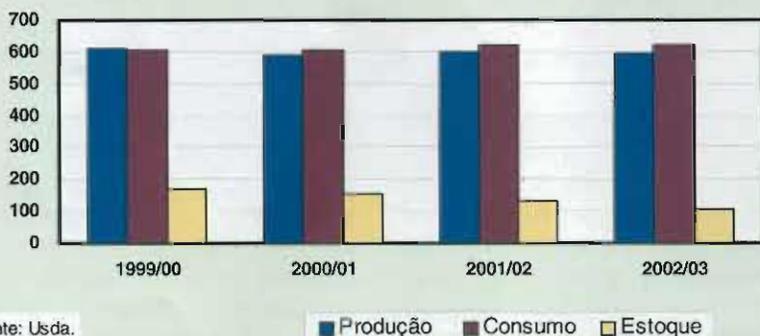
contratos da primeira posição iniciaram o ano em patamares sensivelmente superiores aos dos mesmos períodos das últimas temporadas comerciais. Na média, as cotações dos primeiros 15 dias de abril de 2003 (US\$ 94,61/t) foram quase 21% maiores que as de abril do ano passado e 16,9% superiores às de abril de 2001 (Figura 2). Para o restante deste ano, as perspectivas também são alentadoras, uma vez que, apesar de a produção dos Estados Unidos dever apresentar bom crescimento, o suprimento mundial tende a continuar bem mais ajustado que nos últimos anos.

A produção da primeira safra brasileira de milho está sendo estimada pela Conab em 31,86 milhões de toneladas, quantidade 9,5% maior que a do ano passado. Para a safrinha, a Conab está projetando incremento de 11,4% na área e de 30,3% na produtividade, o que poderá redundar numa produção de 8,97 milhões de toneladas, volume que representaria um incremento de 45,1% em relação ao colhido na safrinha do ano passado.

No cômputo geral, a produção nacional está sendo projetada em 40,83 milhões de toneladas, volume que representa um crescimento de 15,8% em relação à safra 2001/02 (35,27 milhões).

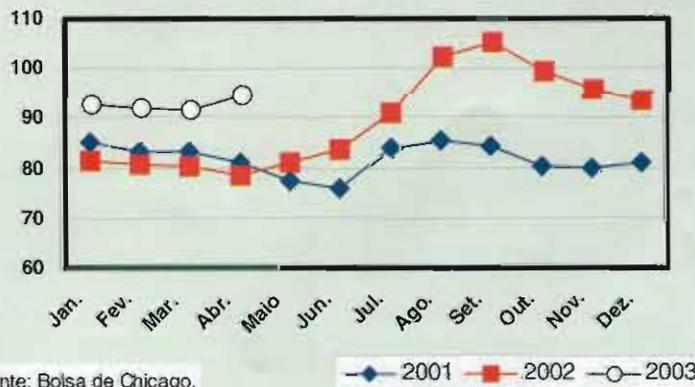
Caso este potencial se confirme, especialmente o da safrinha, o abastecimento nacional deverá transcorrer de forma bastante tranqüila, pois seria suficiente para cobrir o consumo (projetado em 36,6 milhões de toneladas), permitir exportações de 3 milhões de toneladas e, ainda, propiciar uma boa recuperação dos estoques de passagem, os quais cresceriam de 1,44 milhão para 2,9 milhões de toneladas (Tabela 1).

Em Santa Catarina, confirmou-se a expectativa de que a área a ser semeada com milho tenderia a crescer em relação à do ano



Fonte: Usda.

Figura 1 – Milho – evolução da produção, do consumo e dos estoques mundiais (milhões de toneladas)



Fonte: Bolsa de Chicago.

Figura 2 – Milho – evolução das cotações internacionais (US\$/t)